

Linguística Indígena e Educação na América Latina

Lucy Seki (Org.)



APOIO À RESISTÊNCIA E CULTURA INDÍGENAS: PROJETOS E DILEMAS — UM COMENTÁRIO SOBRE RONDÔNIA

Betty Mindlin

Os índios de Rondônia experimentaram transformações recentes e violentas na vida tribal. Guerreiros isolados no mato há apenas vinte anos, como os Suruí, ou há menos, há dez, como os Zoró, ou ainda com parte da população sem contato, como os Urueu wau wau, estão agora transitando diariamente pelas cidades, negociando com madeira e garimpo, alguns — situação a que foram levados pelo estímulo e omissão do governo brasileiro. Aprendem rapidamente o português e os nossos hábitos, lidam com dinheiro, têm contas bancárias e têm um modelo suburbano de fronteira como comportamento a imitar.

As estradas, as madeireiras (450 milhões de dólares de madeira extraídos das áreas indígenas de Rondônia em apenas três anos, o mesmo valor do financiamento do Banco Mundial ao Programa Polono-roeste), as mineradoras, os grandes projetos como o Polono-roeste, que os atingiu em cheio de 1982 em diante, levaram-nos de roldão, deixando pouco tempo e sossego para refletir sobre o que desejam ser e por que ideais querem lutar.

Como se isso não bastasse, são atormentados por missionários de todo tipo, que vêm trazer a redenção ou a “Verdadeira Palavra de Deus” e traduzir a Bíblia “porque os índios pedem”, como os do Instituto de Verão, muitas vezes disfarçados em lingüistas, ou os das Novas Tribos.

Desequilibrados entre dois mundos quase impossíveis de combinar, não há como exigir dos índios coerência. Querem ser índios como os antepassados e reafirmar tradições; querem experimentar novas formas, tentadoras, avassaladoras, as dominantes na sociedade. O pêndulo entre o interesse individual e a fiel defesa do comunitário é um dos traços desse dilema.

Se os índios querem coisas contraditórias, o apoio ao seu trajeto e à sua escolha também é muito complexo. A inflamada defesa dos direitos indígenas, de sua autonomia e organização é necessária mas não basta; como proceder?

Algumas ações são claras, pelo menos quanto à utilidade e propósito imediatos, como é o caso no campo da saúde e da defesa de terras.

Na área da educação, a discussão do modelo de sociedade a construir pelas supostas escolas faz-se ainda mais crucial. O que desejam os índios-educandos, que são também os professores-monitores indígenas; de que são capazes os educadores que tentam formá-los?

Essa discussão, nada nova e muito bem desenvolvida e aprofundada por numerosos especialistas, põe-se a cada passo como dúvida e sombra nas experiências de apoio à cultura indígena. Esta é uma das razões deste simpósio organizado agora em Campinas, pela profa. Lucy Seki — que, entre outras coisas, nasceu da tarefa muito concreta de desenvolver a escrita em algumas línguas indígenas, de devolver às comunidades (na forma de difusão que usamos há alguns poucos milhares de anos, multiplicada para muitos olhos apenas desde Gutenberg) os seus mitos, narrativas, explicações do mundo, estórias, notícias — impressas. A escrita é obviamente necessária — para atuação na sociedade; e a escrita nas próprias línguas indispensável para contrapor uma cultura à outra, reforçar a que está sendo esmagada. Expandir e reinventar as línguas indígenas, para que nelas caibam os novos conteúdos do nosso mundo, tornando-os, assim, familiares e não fetiches externos — aí está uma das necessidades da escola. Inventar métodos de ensino que combinem e aproveitem a liberdade indígena, a da aldeia em vias de desaparecimento, em vez da rígida disciplina da grande parte das escolas da sociedade industrial, reproduzindo repressões — outro imperativo.

Com todas as dúvidas e perplexidades, estas experiências de reforço ao mundo indígena, tentando ao mesmo tempo preparar os índios para a autodefesa e afirmação de direitos na sociedade contemporânea, vêm se dando em várias regiões do país. Em Rondônia, por exemplo, está encorajadora a colaboração de Lucy Seki num projeto organizado pelo Iama; não apenas vem trabalhando na descrição da língua Suruí, mas também vem apoiando com constância os monitores indígenas e as professoras especializadas no trabalho indigenista, para elaborar um material escrito inventivo a partir das motivações e palpites dos índios, professores potenciais. Essa experiência pioneira vem se dando, também, como apoio a um projeto de saúde desenvolvido na área

Suruí,* para subsídio à formação de agentes de saúde, que devem ser alfabetizados.

Em outras áreas, é possível que esta experiência ainda nascente possa se expandir e reproduzir. Embora deixados quase que apenas à deriva, os índios têm obtido nomeações de prefeituras locais para se tornarem professores em muitas aldeias — faltando, no entanto, um trabalho organizado e uma orientação adequada às aulas que ministram em imitação do pouco que já viram em escolas rurais.

Existem, assim, razões para algum ânimo para os antropólogos, lingüistas, indigenistas e outros que ainda tentam um trabalho de campo entre os índios, apesar do caos reinante nas interferências na sociedade indígena. Se cada vez é mais difícil a antropologia — a que tenha alguma utilidade para a compreensão e aceitação da diferença cultural, dentro da igualdade social — há ainda algum espaço. O que é importante é que a atuação não se limite a princípios (embora seja fundamental desenvolver teorias sólidas). No trabalho de escola, o crucial é ter pessoas criativas nas áreas, capazes de ouvir e fermentar as iniciativas da comunidade, de esclarecer aos índios as armadilhas em que todos estamos, fazendo-os inventar formas de educação que os satisfaçam, em vez da cega obediência aos padrões já em vigor.

* Projeto de saúde Suruí, coordenado por Maria do Carmo Barcellos, membro do Iama e presidente do Cernic — Centro de Recuperação Neurológica Infantil de Cacoal.